



CPI avalia novos depoimentos e quebras de sigilo

Oposição quer convocar o publicitário Marcos Valério para explicar sua relação com o doleiro Alberto Youssef, descoberta pela Polícia Federal na Operação Lava-Jato

Entre os requerimentos apresentados à CPI Mista da Petrobras, está o pedido de convocação do empresário Marcos Valério. Objetivo é obter informações sobre contrato de empréstimo

de R\$ 6 milhões firmado por Valério e apreendido pela Polícia Federal em poder do doleiro Alberto Youssef. O documento levantou suspeita da possível participação de Youssef no esquema do mensalão. **3**



Carlos Lustosa Filho/Citadenele.com

Direito a vagas especiais pode ser estendido devido à dificuldade de locomoção

Projeto propõe vagas especiais para gestantes

Mulheres a partir do sexto mês de gravidez e até 30 dias após o parto podem ter direito a estacionamentos públicos. O projeto, que está em análise na Comis-

são de Direitos Humanos, altera a lei que estabeleceu reserva de vagas para "veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção". **4**

J. Freitas/Agência Senado



Marcos Valério depôs no Congresso em 2005, quando parlamentares investigavam denúncias de desvios nos Correios

Critério técnico deve definir repasses ao ensino básico **4**

Texto prevê gratuidade no transporte para deficientes **3**

Proposta quer proibir prioridade para consulta particular **4**

Cidades celebram hoje o Dia Mundial sem Carro **2**

Zona Franca de Manaus pode ter novo nome **4**

Comissão avalia destinação à saúde do dinheiro de multas de trânsito

Câmaras municipais têm ferramenta para internet

O Programa Interlegis está oferecendo solução tecnológica gratuita para que câmaras municipais que ainda não têm portais na internet possam desenvolvê-los.

Levantamento aponta que quase metade das câmaras no país não tem

presença na rede mundial de computadores, o que dificulta o cumprimento de leis como a da Transparência e a de Acesso à Informação.

Cerca de 2,8 mil legislativos municipais poderão ser beneficiados com a ferramenta. **2**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de Lei do Senado



Secom — Criação e Marketing

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles. É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Pacote oferecido pelo Interlegis inclui ferramenta baseada em software livre para o desenvolvimento de portais on-line e pode ajudar Legislativos municipais que ainda não cumprem a Lei da Transparência

Programa põe câmaras municipais na internet

O PROGRAMA INTERLEGIS deu início a um projeto que poderá favorecer mais de 2,8 mil câmaras municipais que não têm site na internet. Com a iniciativa, qualquer câmara com pelo menos um computador em rede poderá montar seu próprio portal de forma simples e gratuita. Para isso, a instituição deverá enviar ofício ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) solicitando a “Solução Web Interlegis” (www.interlegis.leg.br/solucaoweb).

O pacote inclui serviços tecnológicos e ferramenta no qual o site será desenvolvido e disponibilizado para a câmara que irá fazer sua atualização e até personalização. Oferece ainda hospedagem no centro

de dados do Interlegis para evitar despesas com equipamento e manutenção, além de domínio para identificação do endereço legislativo na internet.

Levantamento do Interlegis feito no primeiro semestre de 2014 mostra que 49,2% das câmaras municipais não têm site próprio na internet — são mais de 70% na Região Norte, 63% no Nordeste, 40% no Centro-Oeste e 38% nas Regiões Sul e Sudeste.

Os dados indicam o descumprimento das Leis de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), da Transparência (Lei Complementar 131/2009) e de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). As normas

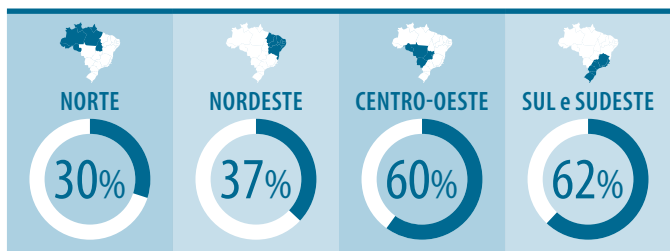
estabelecem que a publicidade dos atos e a prestação de contas de todo o Legislativo devem ser feitas por meio da internet. O não cumprimento das regras pode gerar penalidades, e as câmaras nessa situação acabam impedindo o acesso dos cidadãos aos seus representantes.

Desde o início do ano, o Programa Interlegis tem realizado ações coordenadas de inclusão digital nos estados. Durante esses eventos, são feitos treinamentos intensivos, em geral de três dias, para que servidores das câmaras aprendam a utilizar o Portal-Modelo. Essa foi a estratégia seguida em Goiás, com duas oficinas, e Roraima. No início do ano, Brasília também recebeu representantes de 20 câmaras municipais em um único treinamento.

O Programa Interlegis foi criado há 17 anos, por intermédio de uma parceria entre a União, o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o objetivo de promover a modernização e a integração do Legislativo em suas três esferas.

Com site próprio

Levantamento feito por técnicos do programa no primeiro semestre mostra que apenas 50,8% das câmaras municipais (média nacional) têm site próprio



Texto agiliza processo administrativo

Projeto do senador Magno Malta (PR-ES) torna mais ágil o processo administrativo ao simplificar regras relacionadas ao reconhecimento de firma (PLS 35/2014). Ao justificar a proposta, ele cita os transtornos envolvidos na realização do procedimento em cartório, como filas e desrespeito ao cidadão.

Para tornar o processo mais ágil, o senador propõe alterações na Lei 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal. A primeira é incluir a boa-fé entre os princípios que regem a relação do Estado com os

cidadãos. A justificativa é de que a exigência do reconhecimento de firma é motivada pela desconfiança do Estado de que a pessoa que assina uma petição pode não ser o titular do direito pleiteado.

A outra alteração sugerida por Magno Malta é a previsão de que só será exigido o reconhecimento em caso de fundada dúvida sobre a autenticidade. Atualmente a lei prevê esse procedimento em caso de dúvida. O senador entende que, ao incluir a palavra “fundada”, a exigência só poderá ser feita caso a dúvida seja significativa e relevante.

Se houver fundada dúvida, o

reconhecimento não precisará ser feito em cartório, já que o projeto prevê um procedimento simplificado. A conferência das assinaturas poderá ser feita pelo servidor público que estiver recebendo o documento. “Com essa alteração, elimina-se a necessidade de o cidadão ter que sair do órgão onde pleiteia seu direito, se deslocar até o cartório, enfrentar todos os transtornos e demoras e retornar ao órgão público para, finalmente, apresentar sua firma reconhecida”, justificou.

O projeto está na Comissão de Constituição e Justiça e tem como relatora Kátia Abreu (PMDB-TO).



Randolfe e Suplicy foram trabalhar de bicicleta nas atividades do ano passado

Dia Mundial sem Carro inspira atividades e rádio

Hoje é o Dia Mundial sem Carro, que tem o objetivo de estimular a reflexão sobre os problemas causados pelo número crescente de automóveis nas ruas e incentivar as pessoas a experimentar formas alternativas de deslocamento. O dia surgiu na Europa, em 1997, e marca o encerramento da Semana da Mobilidade.

Várias cidades do Brasil e do mundo programaram atividades especiais, como passeios ciclísticos, caminhadas e gincanas. No ano passado, os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP) usaram a bicicleta para ir trabalhar no Congresso.

Hoje, para celebrar a data, o programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado (no ar das 7h50 às 9h), terá reportagens espe-

ciais sobre o tema. Repórteres percorrerão diferentes trajetos de casa até o trabalho, na Praça dos Três Poderes, região central de Brasília, usando ônibus, metrô e bicicleta e farão boletins ao vivo. Haverá gente saindo de Águas Claras, de metrô; da Asa Sul, de ônibus; da Asa Norte, de bicicleta; e do Sudoeste, mesclando trechos de caminhada e de pedalada em bikes de aluguel.

Já a repórter Lucylene Landim vai encarar o trânsito de São Paulo e apresentar impressões sobre as alternativas de mobilidade na cidade. O programa terá entrevistas e reportagens especiais relacionadas à mobilidade urbana e às alternativas ao automóvel como meio de transporte.

Ouça a programação na rádio: www.senado.leg.br/radio

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão plenária não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e a comunicados da Mesa.

CDH Maconha

9h Audiência pública sobre a regulamentação da maconha. Às 15h, debate sobre avanços e perspectivas após a criação do Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Um dos requerimentos apresentados por parlamentares pede o depoimento de publicitário condenado no processo do mensalão para buscar possível conexão entre os dois casos

CPI mista analisa convocação de Marcos Valério

ENQUANTO O EX-DIRETOR Paulo Roberto Costa se negava a falar à CPI Mista da Petrobras, na semana passada, os parlamentares opositoristas, além de reclamarem do silêncio do depoente, centraram forças na apresentação de requerimentos para dar continuidade às investigações. Só na quarta-feira, foram 14 entregues à comissão, entre pedidos de convocação, quebras de sigilo e cópias de documentos. Desvendar uma possível conexão entre o doleiro Alberto Youssef e o mensalão é um dos objetivos da oposição.

Um dos requerimentos, do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), pede a convocação do empresário mineiro Marcos Valério, que cumpre pena em regime fechado após ter sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo do mensalão.

Ao justificar o requerimento, o deputado informa que a Polícia Federal apreendeu



O deputado Onyx Lorenzoni (E), na CPI mista, quer saber sobre possível relação de Marcos Valério com Alberto Youssef

no escritório de Meire Poza, ex-contadora do doleiro Alberto Youssef, um contrato de empréstimo no valor de R\$ 6 milhões entre Valério e o empresário do ABC paulista Ronan Maria Pinto.

Onyx destaca ainda que

na capa do contrato estavam escritas à mão as palavras “Confidencial” e “Enivaldo”. Na opinião do parlamentar, trata-se de Enivaldo Quadrado, condenado a prestar serviços comunitários pelo STF na ação penal do mensalão. Enivaldo

também foi preso em março deste ano na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

Durante a sessão marcada pelo silêncio de Costa, parlamentares da oposição insistiram numa ligação entre a quadrilha de Youssef e

o escândalo do esquema do mensalão.

Os aliados, por sua vez, rebateram, alegando que o governo tem dado total liberdade para que Polícia Federal e Ministério Público investiguem possíveis desvios de dinheiro na Petrobras. Além disso, para eles, a oposição tem usado as denúncias para fins políticos e eleitorais.

Para que os requerimentos sejam votados pela comissão de inquérito, é necessária a realização de reunião deliberativa, a ser marcada pelo presidente da CPI mista, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

O próximo compromisso dos integrantes da CPI é amanhã, quando os parlamentares vão se encontrar com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, para pedir o compartilhamento das informações prestadas por Paulo Roberto Costa no acordo de delação premiada com o Ministério Público e a Polícia Federal.

Comissão tenta agilizar acesso a dados

Após a reunião marcada pelo silêncio do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, os integrantes da CPMI da Petrobras concentram suas atenções nos documentos referentes ao depoimento que o ex-executivo deu após acordo de delação premiada firmado entre ele, o Ministério Público e a Polícia Federal.

Na tentativa de ter acesso às informações, os parlamentares vão se reunir amanhã, às 18h, com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Também deve participar do encontro o ministro do STF Teori Zavascki, relator da ação judicial resultante da operação

Lava-Jato, que desarticulou o esquema de corrupção e desvio de dinheiro público.

Na última reunião da CPI mista na quarta-feira, opositoristas e aliados do governo concordaram com a importância de terem em mãos a íntegra das informações prestadas por Costa, até porque parte delas já vazou por meio da imprensa e incriminou políticos.

— A comissão deve ter como meta obter do Supremo o compromisso definitivo de ter acesso imediato a cada depoimento da delação premiada para que possa cumprir seu papel constitucional — cobrou o senador José Agripino (DEM-RN).

O senador Humberto Costa (PT-PE) chegou até a ponderar

que a ida ao Supremo pode ser inútil, se o conteúdo da delação não tiver chegado à Corte.

A ida ao Supremo é o único compromisso formal da comissão nos próximos dias, visto que o presidente da CPMI, Vital do Rêgo (PMDB-PB), não definiu o dia da próxima reunião. Além de sessão administrativa para análise de centenas de requerimentos à espera de votação, estão pendentes mais oitavas de pessoas já convocadas para prestarem depoimentos, como o doleiro Alberto Youssef e a contadora dele, Meire Poza.

Vital do Rêgo já pediu a prorrogação dos trabalhos da comissão por um mês. O prazo atual vai até o dia 7 de dezembro.

Requerimentos recentes na CPI mista

748/2014	Convite ao empresário Hermes Freitas Magnus para explicar sua declaração à revista <i>Isto É</i> , segundo a qual o ex-deputado José Janene, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef levaram para a estatal parte do esquema do mensalão.
752/2014	Convocação de Enivaldo Quadrado , um dos 39 réus do processo do mensalão, preso em março deste ano pela Operação Lava-Jato.
753/2014	Convocação de Carlos Alberto Pereira da Costa . O advogado, acusado de ser laranja de Youssef, foi preso em março na Operação Lava-Jato e solto recentemente depois de ter feito acordo para contar o que sabe à Justiça.
754/2014	Convocação de Marcos Valério , condenado e preso por ter sido considerado operador do mensalão.
757/2014	Convocação de José Dirceu , ex-ministro-chefe da Casa Civil, e de Gilberto Carvalho , ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, para esclarecer supostos pagamentos irregulares a pessoas que ameaçassem trazer a público informações sobre o envolvimento de autoridades nos negócios da Petrobras, conforme noticiado pela imprensa.
760/2014	Pede à Petrobras informações sobre um número de telefone corporativo da companhia, do qual foram feitas diversas ligações para o doleiro Alberto Youssef em 2010.

Deficientes poderão ter passe livre

Pessoas com deficiência poderão obter gratuidade no transporte coletivo urbano e no intermunicipal. Os idosos também poderão ter o passe livre ampliado.

O pacote de benefícios consta de proposta de emenda à Constituição do senador Paulo Paim (PT-RS), pronta para ser votada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O parecer pela aprovação é do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Os argumentos de Paim em favor da proposta (PEC 49/2007) incluem a ampliação da mobilidade das pessoas com deficiência e a correção de uma injustiça social.

“Parcela considerável dessa população mora nos centros urbanos, o que torna o transporte público municipal imprescindível na busca de educação, trabalho e serviços de saúde. Entretanto, devido ao peso significativo do transporte no orçamento familiar, as pessoas com deficiência veem diminuídas suas oportunidades de deslocamento”, observou Paim.

Relevância social

O relator apontou a “inegável relevância social da proposta” ao recomendar a aprovação.

“Sem liberdade de ir e vir, esse segmento da população

[pessoas com deficiência] se vê impedido de sair da invisibilidade social para se tornar protagonista de sua história e exercer sua cidadania”, considerou Rollemberg.

“A falta de acesso aos serviços de transporte público pela carência econômica reforça o estigma da ‘incapacidade e inaptidão’ e afronta o respeito à diversidade humana, celebrado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, acrescenta o relator.

Depois de passar pela CCJ, a PEC 49/2007 será submetida a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Texto quer que 5% de multas sejam aplicados na saúde

Os investimentos públicos na área da saúde podem ganhar o reforço de uma fonte de arrecadação muito lucrativa: as multas de trânsito. Um projeto em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) propõe que parte do dinheiro coletado com as multas seja obrigatoriamente investida em programas federais de saúde pública.

O PLS 327/2003, de autoria do ex-senador Demóstenes Torres, modifica o Código de Trânsito Brasileiro, determinando que um mínimo de 5% da receita arrecadada através da cobrança de multas de

trânsito seja revertido para o Fundo Nacional de Saúde, que financia programas e ações do Ministério da Saúde.

Vale dizer que esse montante deve ser considerado à parte dos investimentos obrigatórios da União em saúde. Ou seja, a administração pública não poderia considerar essa nova fonte de verbas como parte do orçamento anual para a saúde. O dinheiro proveniente das multas teria que ser um reforço.

O projeto tem voto favorável da relatora, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA), e aguarda votação na CCJ.

Direito de pessoas com deficiência e idosos deve ser estendido a gestantes a partir do sexto mês de gravidez e mulheres com pouco tempo após o parto, segundo proposta

Gestantes poderão ter vagas para estacionar

MULHERES A PARTIR do sexto mês de gravidez e até 30 dias após o parto podem ser beneficiadas com vagas especiais reservadas em estacionamentos públicos. É o que estabelece o PLS 102/2014, do senador Lobão Filho (PMDB-MA). O projeto altera a Lei 10.098/2000, que estabeleceu vagas reservadas para “veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção”. Assim, a proposta acrescenta à lei que também terão direito a essas vagas especiais gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas (mulheres que tiveram bebê recentemente).

A proposta, que tramita em

caráter terminativo na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e aguarda o voto do relator, Paulo Davim (PV-RN), também aumenta de 2% para 4% do total o número de vagas que devem ser reservadas em estacionamentos — o número mínimo de vagas também é aumentado de um para dois.

“A gravidez, embora não seja uma doença, gera uma série de condições físicas e emocionais especiais para a mulher, sobretudo a partir do sexto mês da gestação e nas semanas seguintes ao parto. Tais condições tornam difícil e, por vezes, doloroso o caminhar”, afirma o autor.



Grávidas estarão entre beneficiados por vagas especiais, estabelece projeto em análise na Comissão de Direitos Humanos

Proposta muda repasses para a educação

Projeto que modifica os índices usados no repasse de recursos do Fundo Nacional de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) às escolas está pronta para ser votada na Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão final.

A Lei 11.494/2007, que criou o fundo, delimita o repasse mínimo a ser feito por aluno nas diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento escolar por um cálculo que considera o número de matrículas das séries iniciais do ensino fundamental. A partir desse indicador-base, para as demais etapas e modalidades

há uma variação que pode ser de 30% positivos ou negativos.

Esse “fator de ponderação” é decidido por uma comissão integrada pelo Ministério da Educação e por secretários estaduais e municipais de Educação de cada região brasileira, e deve, obrigatoriamente, variar entre 0,70 e 1,30 em relação ao aluno das primeiras séries.

Crerios técnicos

O projeto (PLS 10/2011), da ex-senadora Marinor Brito, pretende abolir esses limitadores e garantir que a distribuição dos recursos seja feita por meio de critérios técnicos, produzidos pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Para a senadora, a lei atual estabeleceu uma redistribuição dos recursos sem levar em conta o real custo-aluno existente em cada etapa e modalidade.

Segundo a autora, exemplo da injustiça da fórmula em vigor é a remuneração das matrículas de creche, etapa de ensino mais dispendiosa do que as séries iniciais do ensino fundamental. Nem sempre o repasse faz jus ao gasto real, afirma a ex-senadora.

O relator na CE, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), favorável à proposta, explica que a legislação usou o intervalo de variação dos fatores de ponderação para evitar migração maior de recursos das redes estaduais para as municipais.

Passados sete anos de vigência do Fundeb, o estabelecimento dos intervalos (ou balizas) se mostrou danoso como parâmetro de redistribuição dos recursos, avaliou Randolfe. A proposta de mudança apresentada por Marinor Brito corrige a injustiça atual, considerou o senador.

Consulta particular não deve ter prioridade, estipula texto

Prioridade no atendimento a paciente particular, que paga diretamente por uma consulta médica, em detrimento de pacientes que usam planos de saúde pode ser proibida por lei. É o que estabelece projeto de Pedro Taques (PDT-MT) pronto para votação na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O senador cita casos em que o paciente que paga pela consulta no ato do atendimento consegue ser atendido logo que busca o agendamento com o médico, enquanto os que tentam marcar consulta a ser paga por plano de saúde precisam aguardar por muitos dias ou até mesmo por meses.

“Esse é um tipo de conduta mesquinha e discriminatória contra os pacientes consumidores de planos e seguros privados de assistência à saúde, cujo objetivo é coagi-los a pagar, com recursos próprios, por consultas, exames e procedimentos”, enfatiza Taques.

O autor quer alterar a Lei 9.656/1998, que trata dos planos de saúde, para explicitar a

proibição da prática de prazos diferenciados para marcação de consulta conforme a forma de pagamento pelo atendimento médico.

O projeto mantém regra prevista na Lei dos Planos de Saúde determinando que a marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos de saúde deve privilegiar casos de emergência, idosos, gestantes, lactantes e crianças de até cinco anos.

Quanto aos idosos, a prioridade contida na lei é para pessoas com 65 anos ou mais. Taques propõe que o atendimento prioritário seja para pessoas a partir dos 60 anos, conforme determina o Estatuto do Idoso.

O texto (PLS 525/2013) recebeu voto favorável do relator, o senador licenciado Eduardo Amorim (PSC-SE). Para ele, é necessário explicitar a proibição de prioridade para consultas à vista.

Após a análise pela CMA, o texto será votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.



Escolas públicas terão uma distribuição de recursos mais justa, segundo senadores

Denominação da Zona Franca de Manaus poderá mudar

A Zona Franca de Manaus (ZFM) poderá ter sua denominação modificada para Polo de Desenvolvimento Incentivado (PDI). É o que estabelece a PEC 57/2011, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), pronta para análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta preserva os benefícios tributários, as finalidades e a forma de administração da ZFM.

Criada pela Lei 3.173/1957 e regulamentada pelo Decreto 288/1967, a Zona Franca de Manaus estabeleceu incentivos fiscais para a implantação de um polo industrial, comercial e

agropecuário, tendo como centro a cidade de Manaus. O termo “zona franca” está associado à entrada de mercadorias estrangeiras em alguns pontos de um país, sem sujeição às tarifas alfandegárias.

Como a globalização da economia e a abertura do mercado brasileiro às importações levaram a uma reestruturação do modelo da Zona Franca de Manaus a partir de 1991, Vanessa Grazziotin sugere a alteração de nomenclatura. Para a senadora, a ZFM não se enquadra mais nesta definição.

O relator da matéria na CCJ, senador

Inácio Arruda (PCdoB-CE), acredita que a proposição é oportuna, uma vez que a denominação Zona Franca de Manaus esteve, primeiramente, atrelada à imagem de um centro de comércio de produtos importados e, atualmente, à ideia de plataformas industriais restritas à montagem de componentes importados.

“A visão corrente de um parque industrial de montagem encontra-se muito distante da realidade atual do Polo de Desenvolvimento Incentivado, que experimenta o adensamento crescente da cadeia produtiva, a

diversificação da linha de produtos exportáveis e o incentivo a projetos na área de tecnologia, não deixando dúvidas em relação à sua importância estratégica”, afirma.

A PEC 57/2011 também prorroga até 2073 os incentivos fiscais que preservam as características de área de livre comércio, de exportação e importação e os incentivos fiscais oferecidos para a produção na ZFM. Em agosto deste ano, entretanto, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 83/2014, que já fixa a prorrogação dos incentivos até essa data.